

VOTO

SAUDAÇÃO À 20ª MARCHA DO ORGULHO, DE LISBOA

Este ano celebram-se os 50 anos da Revolta de Stonewall, em Nova York, nos Estados Unidos. Foi no dia 28 de junho de 1969 que - depois de a polícia ter entrado num bar que recebia abertamente homossexuais, o Stonewall Inn - se iniciaram uma série de revoltas contra as constantes investidas das forças da ordem aos locais de encontro das pessoas LGBT desta cidade. Estas iniciativas acabariam por resultar em vários movimentos e organizações pelos direitos LGBT por todo o país, alastrando este movimento para o resto do mundo. Dois anos depois começariam a surgir as primeiras marchas de orgulho gay em Nova York, Los Angeles, São Francisco e Chicago, em comemoração do aniversário dos motins. Depois disso, e depois de muitas lutas, o mês de junho tornou-se no mês do orgulho LGBT por todo o mundo.

Em Portugal, a Marcha do Orgulho LGBTI+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgénero, Interssexuais) começou na cidade de Lisboa há 20 anos atrás, pouco tempo depois de terem sido apresentados, na Assembleia da República, os primeiros projectos-lei para acabar com a discriminação introduzida pela Lei das Uniões de Facto. Hoje, 20 anos depois, surgem Marchas do Orgulho por várias cidades do país, tendo-se celebrado no início deste mês de junho a 1ª Marcha LGBTI+ de Aveiro.

Recordando que só em 1982 se consegue a descriminalização da homossexualidade em Portugal, hoje a igualdade em função da orientação sexual está consagrada na lei: no acesso ao casamento e à adoção, no direito à autodeterminação de género e no princípio constitucional da igualdade que garante tratamento igual e a proibição da discriminação. A realidade hoje é muito diferente da que vivíamos na viragem para o século XXI, hoje temos centros de acolhimento LGBTI, temos mais informação, planos

de ação para a inclusão, formação para a cidadania e igualdade, temos uma sociedade mais aberta e inclusiva.

No entanto, com a onda de reação de vários setores políticos mais conservadores que pretendem reverter os processos alcançados por estas lutas, assinalamos aqui a importância da continuação e da participação na Marcha do Orgulho, pelo seu cariz reivindicativo e histórico, de luta e resistência. Urge, portanto, a necessidade de uma luta pela igualdade. Não apenas na lei, mas também na sociedade.

A Assembleia de Freguesia de Alvalade, reunida em 26 de junho de 2019, delibera, ao abrigo do disposto no artigo 9º, n.º2, alíneas i), j) e k) da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro:

1. Saudar a 20ª Marcha do Orgulho LGBTI+ de Lisboa e todas as pessoas e organizações que contribuíram para esta iniciativa;
2. Remeter o presente documento para a organização da Marcha do Orgulho de Lisboa;

Lisboa, 24 de junho de 2019

O representante do Bloco de Esquerda,

Afonso Moreira

Assembleia de Freguesia
Sessão de 26 / 6 / 2019
 Votação { Favor 13
 Contra 0
 Abstenção 6



VOTO

SAUDAÇÃO ÀS GREVES CLIMÁTICAS

A primeira Greve Climática Estudantil decorreu em todo o globo na passada sexta-feira 15 de março de 2019. Em cerca de três dezenas de localidades portuguesas, milhares de alunos faltaram às aulas e saíram às ruas em protesto contra a inação face às alterações climáticas.

Tudo começou quando Greta Thunberg, ativista sueca de 16 anos, decidiu, em agosto de 2018, fazer greve às aulas em frente ao parlamento sueco, segurando o famoso cartaz “Greve à Escola pelo Clima.” O seu objetivo era chamar a atenção dos políticos e políticas suecas para a resolução séria e eficaz da crise climática. Pouco tempo depois, no dia 24 de maio, milhares de jovens voltaram a sair às ruas por todo o país (em cerca de 51 cidades) e por todo o mundo (em mais de 1600 cidades em 119 países) na segunda Greve Climática Estudantil.

Com esta greves, milhares de jovens protestaram contra a inércia das e dos governantes face às alterações climáticas, exigindo uma mudança de paradigma, nomeadamente a proibição da exploração de combustíveis fósseis em Portugal, a expansão significativa das energias renováveis, particularmente da energia solar (a produção elétrica ser 100% assegurada por energias renováveis até 2030) e o melhoramento eficiente e drástico do sistema de transportes públicos, com destaque para a ferrovia.

O atual sistema económico, extrativista, assente em combustíveis fósseis, em bens não duráveis e num sistema de produção orientado exclusivamente para a acumulação de capital é incompatível com a sustentabilidade ambiental. A urgência climática tem que levar as nações a alterar a formas de organização social e económica geradoras de crises humanitárias e de destruição da biodiversidade. A resposta às necessidades sociais deve ser dada por modos de produção sustentáveis.

Em Portugal, os efeitos do aquecimento global são visíveis, em particular nos incêndios florestais, na erosão costeira e na maior frequência de fenómenos climáticos extremos. Em breve, se nada for feito, as alterações climáticas atingirão um ponto de não retorno com efeitos devastadores para a natureza e para a humanidade.

Tal como as e os estudantes, também nós consideramos que é tempo de governar para o futuro, com verdadeiras políticas sustentáveis, mudando o paradigma das políticas que tem sido base da mesma atitude e comportamento de sempre: a destruição imparável do meio ambiente e do planeta Terra.

É hora de todas e todos nós, jovens e menos jovens, trabalhadoras e estudantes, lutarmos com vigor contra aqueles que pretendem continuar a usurpar e delapidar os nossos recursos naturais, que não respeitam as árvores, os animais ou as florestas do nosso planeta, mas também do município.

Em defesa do Planeta e pelo combate às alterações climáticas, saudamos o movimento estudantil. O nosso bem hajam!

A Assembleia de Freguesia de Alvalade reunida em 26 de junho de 2019, delibera, ao abrigo do disposto no artigo 9º, n.º2, alíneas i), j) e k) da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro:

1. Saudar o movimento estudantil e a greve climática estudantil na prossecução de medidas que contribuam para o melhoramento das decisões políticas e na salvaguarda do meio ambiente, encorajando a juventude e toda a sociedade à expressão cívica da maior exigência quanto à adoção das medidas urgentes necessárias para enfrentar as alterações climáticas.
2. Esta saudação deve ser enviada a todas os Agrupamentos de Escolas da Freguesia e às Associações de Estudantes da Freguesia.

Lisboa, 24 de junho de 2019

O representante do Bloco de Esquerda,

Afonso Moreira

VOTO DE PESAR

NEM MAIS UMA: PELAS 16 MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM PORTUGAL

A realidade volta a confirmar aquela que é a frase mais reveladora da nossa incapacidade, enquanto sociedade, de erradicarmos este flagelo social que é a violência doméstica, o crime que mais mata em Portugal. Só em 2019 já se somam 18 vítimas mortais em contexto de violência doméstica. A maior parte destas vítimas, 16, são mulheres, confirmando-se que é um crime que carrega a marca de género. Nos últimos 15 anos já morreram mais de 500 mulheres às mãos da violência machista. Uma média de 35 mulheres assassinadas por ano.

Este é, à semelhança de outros crimes, como por exemplo a violação, um crime de género, que atinge as mulheres, tirando-lhes a vida e, quando tal não acontece, lhes destrói a vida pessoal, profissional e familiar. Há 18 anos, legislou-se no sentido de garantir que este crime era um assunto de todos e todas. Passado todo este tempo, há ainda muito para fazer, muitas mulheres e crianças para proteger.

A última vítima conhecida era residente em Lisboa, na freguesia da Penha de França. A 13 de junho foi assassinada às mãos do companheiro agressor, de quem vinha reportando o crime de violência doméstica desde 2017, conforme informação da PSP. Estavam a decorrer processos sobre duas queixas. O agressor tinha sido presente a interrogatório, mas nenhuma medida adicional foi tomada para proteger a vítima.

O Tribunal da Comarca de Lisboa decretou a prisão preventiva do agressor após o assassinato desta mulher, tendo ficado claro, com a informação até agora revelada,

que até este momento não se ativaram todos os meios possíveis para evitar a morte.

O crime de violência doméstica é o crime contra pessoas que mais mata em Portugal, mesmo quando as vítimas fazem queixa e pedem ajuda. Fica claro que ainda há muito a fazer para que o sistema atual consiga proteger quem precisa e não manter o sentimento de impunidade vigente entre agressores.

Assim, continua a afigurar-se necessário responder à incapacidade de várias instâncias competentes atuarem com a celeridade exigida e de ativarem todos os mecanismos ao seu alcance para proteger as vítimas de violência doméstica.

A Assembleia de Freguesia de Alvalade, reunida em 26 de junho de 2019, delibera, ao abrigo do disposto no artigo 9º, n.º2, alíneas i), j) e k) da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro:

1. Expressar o seu profundo pesar pela morte de 16 mulheres, e de todas as vítimas de violência doméstica até junho de 2019.

Lisboa, 24 de junho de 2019

O representante do Bloco de Esquerda,
Afonso Moreira



Assembleia de Freguesia de Alvalade

Assembleia de Freguesia
Sessão de 26/6/2019

Votação { Favor 3
Contra 8
Abstenção 7

(s/1 Pte-AF)

4

VOTO

SAUDAÇÃO AO 25 DE ABRIL E 1º DE MAIO

Considerando que:

- i. Este ano celebramos 45 anos da revolução do 25 de abril, o momento fundador da democracia em Portugal, após várias décadas de ditadura. O 25 de abril não é apenas importante como uma data simbólica, mas também como um processo de transformação social que modelou o nosso presente. A vitória da liberdade e da democracia contra o fascismo e a opressão permitiram a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e fraterna.
- ii. Com o 25 de Abril ampliaram-se os direitos de cidadania, implantou-se a democracia e desenvolveu-se o Estado Social. Conquistou-se o direito à participação política, democratizou-se a educação, criou-se o Serviço Nacional de Saúde e garantiu-se o direito à habitação. A Constituição da República consagrou todos os direitos democráticos sociais e laborais conquistados.
- iii. As conquistas económicas e direitos de cidadania alcançados com a revolução não são irreversíveis e devem ser defendidos e protegidos contra a exploração laboral, as discriminações e a violência. Manter vivo o espírito de abril implica aprofundar a democracia e combater as desigualdades e a exclusão social.
- iv. Sabemos que vivemos tempos conturbados politicamente, em que muitas das conquistas de direitos fundamentais são postos em causa com cada vez mais frequência, seja em nome de um modelo económico que privilegia o lucro em vez da prestação de serviços, seja em nome de um modelo de sociedade excludente, que discrimina outros e outras em função da cor da pele, do género, orientação sexual ou ideias políticas.

- v. Por isso, saudar e comemorar 45 anos de história democrática deve servir para avançar na garantia de direitos, no país, mas também nas nossas cidades. O processo de descentralização, que mais não é do que municipalização, promovido pelo PS com o apoio do PSD é um passo atrás nos direitos e na importância que o poder local tem em Portugal.
- vi. Lembramos, de igual modo, a importância simbólica e prática do 1º de maio, dia em que, internacionalmente, se recordam as lutas de trabalhadores e trabalhadoras e se reforça a luta pela conquista de mais direitos.
- vii. Em Portugal, o 1º de Maio de 1974, realizado oito dias após o 25 de Abril, depois de décadas de repressão do Estado Novo, foi uma explosão de democracia nas ruas do país e marcou o início de uma conquista de direitos até aí negados: o Estado Social, a Segurança Social, o direito a cuidados de saúde públicos, à educação, à habitação, o direito ao trabalho e ao salário, a luta pelo pleno emprego, o reconhecimento às férias e aos subsídios de férias, a proibição dos despedimentos sem justa causa e a instituição, pela primeira vez, do salário mínimo nacional no valor de 3.300\$00 (16,50€) que a preços constantes de 1974 hoje já seria superior a 583,94€. Foi também após esta data que se consagraram ainda o direito à greve, à contratação colectiva e à organização sindical, bem como um novo movimento do trabalho ao nível das empresas, as Comissões de Trabalhadores (CT);
- viii. Hoje, estamos num momento em que se termina um processo legislativo muito relevante: a alteração ao Código do Trabalho, com várias propostas em cima da mesa para reverter as normas gravosas que, ao longo dos últimos anos, foram incluídas por governo de PS, PSD e CDS. É o momento de definir de que lado estamos, honrando a luta de milhares de trabalhadores e trabalhadoras e confirmando que a devolução de rendimentos e dignidade também se faz através de direitos laborais.
- ix. Bem assim lembramos o processo do PREVPAP, que também nas autarquias teve um papel fulcral na regularização de vínculos precários de décadas.

Assim, a Assembleia de Freguesia de Alvalade, reunida em 26 de junho de 2019, delibera:

1. Evidenciar o 45º aniversário da Revolução como uma comemoração de luta que tem a sua plenitude na rua, espaço público e democrático, cuja participação cumpre com a exaltação da memória e o tributo a todos aqueles que se envolveram na luta contra o fascismo e a ditadura e se empenharam pela democracia social e

laboral e pela implementação de um Estado social, saudando a efeméride por aclamação;

2. Saudar o 1º de Maio e fazer votos para que seja o momento agregador das várias gerações e saudar nele a coragem de todos os homens e mulheres que exigem dignidade, defesa da democracia e de desenvolvimento pelo progresso social, defesa do emprego, salário ou pensão e da prestação de um serviço público;
3. A remessa do teor integral do presente voto aos Grupos Parlamentares na Assembleia da República, à Associação 25 de Abril e às Centrais Sindicais.

Lisboa, 24 de junho de 2019

O representante do Bloco de Esquerda,

Afonso Moreira

PCP-PEV



VOTO DE PESAR

Ruben de Carvalho

Ruben de Carvalho faleceu no dia ¹⁰11 de Junho de 2019. Nasceu em Lisboa em 21 de Julho de 1944 e durante muitos anos viveu na freguesia de Alvalade.

Intelectual comunista, assumiu uma intervenção destacada na actividade do PCP, tendo desempenhado importantes tarefas, cargos e responsabilidades. Ruben de Carvalho teve uma vida de intervenção e de luta na resistência antifascista, no movimento associativo estudantil, abraçou com intensidade a Revolução de Abril e defendeu os seus valores e conquistas. Destacou-se no jornalismo, na imprensa e na rádio. Deixou à sociedade portuguesa um contributo de grande relevo no conhecimento da música, na sua dimensão artística, cultural e social, no plano nacional e internacional, das suas raízes populares à sua dimensão erudita.

Foi membro da Comissão Executiva das Festas de Lisboa e da Comissão Municipal de Preparação de LISBOA 94 - Capital Europeia da Cultura, Comissário para as áreas de Música Popular e Edições de LISBOA 94 e Director artístico, nomeado pela Câmara Municipal de Lisboa, do Festival das Músicas e Portos (1999). Membro do Conselho Consultivo do Centro Cultural de Belém.

Desde os tempos de estudante liceal, e mais tarde no ensino superior, teve intervenção activa na luta antifascista. Participou na luta académica em 1962. Em 1963 integrou a Direcção da Comissão Pró-Associação de Estudantes da Faculdade de Letras de Lisboa e no ano lectivo de 1964/1965 foi membro da Reunião Inter-Associações (RIA), sendo o responsável pelo Departamento de Informação. A sua participação activa no movimento estudantil levou a perseguições constantes por parte da polícia do regime fascista – PIDE – e às prisões de Caxias e do Aljube.

Como jornalista foi repórter e redactor coordenador de «O Século» em 1963 e editor-paginador em 1971. Chefe de redacção da «Vida Mundial» em 1967. Colaborou em numerosas publicações: «Seara Nova», «Notícias da Amadora», «O Diário», «Diário de Lisboa», «Século Ilustrado», «Contraste», «JL», «O Militante», «Politika», «História», «Vida Mundial» (nova série), «A Capital», «Expresso».

Foi cronista no «Diário de Notícias» e comentador da SIC Notícias. Dirigiu entre 1986 e 1990 a rádio local «Telefonia de Lisboa» na qual produziu e realizou diversos programas. Foi membro do Conselho de Opinião da RTP em 2002. Produzia, desde 2009, o programa «Cronicas da Idade Média» e participou no programa «Os Radicais Livres» na Antena 1.

Ruben de Carvalho aderiu ao Partido Comunista Português em 1970. Foi membro do Comité Central desde 1979 e do Executivo da Comissão Nacional da Festa do «Avante!» desde a 1.ª edição, em 1976, tendo assumido uma intervenção destacada na sua programação cultural, em particular na concepção e organização dos seus espectáculos musicais.

Eleito pela CDU, foi deputado na Assembleia da República, vereador da Câmara Municipal de Setúbal, e da Câmara Municipal de Lisboa. Foi responsável na Câmara Municipal de Lisboa pelo Roteiro do Antifascismo.

Foi membro da Comissão Executiva das comemorações do 25.º Aniversário do 25 de Abril nomeado pelo Presidente da República,

Ao longo de toda a sua vida, Ruben de Carvalho empenhou-se na luta, com o seu Partido, pela liberdade e a democracia, por uma sociedade nova liberta da exploração e da opressão. Assim como se bateu por uma cidade progressiva e justa, pelo bem-estar e felicidade do povo de Lisboa.

Os eleitos do PCP na Assembleia de Freguesia de Alvalade propõem que a Assembleia de Freguesia de Alvalade, na sua sessão de 26 de Junho de 2019, delibere:

- a) Manifestar o seu profundo pesar pelo falecimento de Ruben de Carvalho, guardando um minuto de silêncio;
- b) Apresentar as suas mais sentidas condolências e a solidariedade à sua família e ao Partido Comunista Português.

Pel'Os eleitos do PCP

Aquino Noronha

Assembleia de Freguesia
Sessão de 26/6/2019
Votação { Favor 19
Contra 0
Abstenção 0



RECOMENDAÇÃO

COLOCAÇÃO DE MOBILIÁRIO URBANO INCLUSIVO NO ESPAÇO PÚBLICO E PARQUES INFANTIS PARA CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA

Alvalade é uma freguesia que apresenta enormes desafios à mobilidade pedonal, em particular para aqueles que possuem incapacidade física e/ou motora.

É nesse sentido que, ao longo de vários anos e num largo consenso, temos assistido a uma melhoria do espaço público, através de medidas de eliminação de barreiras arquitectónicas, pisos confortáveis, rebaixamento de passeios, entre outros.

A intervenção no espaço público urbano deve assegurar a possibilidade deste ser utilizado por todos, incluindo pessoas idosas, com mobilidade reduzida ou qualquer outro tipo de limitações, para que se sintam como parte integrante e activa da mesma comunidade.

O Estado, mas principalmente as Autarquias Locais, enquanto órgãos de proximidade, têm uma responsabilidade acrescida na promoção da inclusão.

No âmbito do mobiliário urbano, temos assistido à aposta, por outros países, em mobiliário inclusivo e devidamente preparado para pessoas com deficiência motora e, em particular, crianças.

Em Alvalade os casos de utilização de fruição pública transversal são praticamente inexistentes, situação que importa alterar com a brevidade possível.

Esta realidade não se restringe apenas ao espaço público, nomeadamente através de bancos de jardim adaptados, mas especificamente à adequação dos parques infantis, colocando um equipamento dedicado a crianças portadoras de deficiência e que implica, simultaneamente, uma alteração ao pavimento de acesso a esse mesmo equipamento, tornando-o regular, sólido e seguro.

A adequação dos parques infantis para receber crianças com deficiência não tem de criar um espaço especialmente diferente, apenas tem de ter como critério de projecto uma visão inclusiva, ou seja, assegurar que, por exemplo, os equipamentos e o mobiliário urbano são adequados e foram pensados para essa inclusão.



Alvalade

Entenda-se, este tipo de equipamentos deve ser mais consentâneo a estas especialidades, para que o espaço transmita a vontade de receber todas as pessoas independentemente das suas capacidades, permitindo que crianças com deficiência também possam participar e brincar nesses locais de recreio.

Ora, sabendo-se que o quadro da Reforma Administrativa da Cidade transferiu a gestão dos parques infantis e de parte do espaço público e de jardins para as Juntas de Freguesia, é da sua competência a implementação deste tipo de equipamentos.

Com esta recomendação pretende-se que Alvalade seja, cada vez mais, uma referência na inclusão.

Nesse sentido, o Grupo do CDS-PP presente na Assembleia de Freguesia de Alvalade recomenda à Junta de Freguesia de Alvalade que:

1. Avalie e estude a possibilidade de adequar os parques infantis da freguesia a crianças portadoras de deficiência, através da colocação de modelo de mobiliário adequado e remodelação, quando necessário, do respectivo acesso e pavimento;
2. Avalie a implementação, em parques e jardins de Alvalade – de forma faseada – de bancos de jardim adaptados a pessoas portadoras de deficiência;
3. Considere que esta mesma implementação tenha, como um dos critérios principais, a abrangência territorial e dispersão geográfica por todo o território da freguesia.

Lisboa, 26 de Junho de 2019

Por parte dos eleitos do CDS-PP

Francisco Camacho

Assembleia do Freguesia
Sessão de 26 / 6 / 2019
Votação { Favor 11
Contra 8
Abstenção 0



RECOMENDAÇÃO

PELO AUMENTO DA SEGURANÇA DE PEÕES EM PASSADEIRAS NA FREGUESIA DE ALVALADE

A mobilidade na variante pedonal apresenta-se como um meio de deslocação determinante na acessibilidade dentro da cidade de Lisboa.

Considerando, por um lado, as características e os hábitos associados à freguesia, grande parte do território de Alvalade acaba por ser propenso a este tipo de deslocação, representando uma realidade relevante nesta área.

Por outro lado, cumpre às entidades públicas competentes avaliar a qualidade do espaço público e dotá-lo, em geral, das melhores condições possíveis, sendo, em particular, especialmente relevante a aposta no desenvolvimento de mecanismos de segurança para quem se desloca a pé.

Não obstante, não raras vezes, é possível verificar acidentes pela distração de quem se desloca a pé, ora por distração no uso de telemóvel, ora pela utilização de outros dispositivos electrónicos, negligenciado a sinalização semafórica.

Por isso, os eleitos do CDS-PP na freguesia de Alvalade vêm recomendar que a Junta de Freguesia de Alvalade adopte uma tecnologia inteligente que já se encontra testada e implementada noutras localidades (como são exemplo, a nível europeu, cidades como Vigo e Augsburg, ou, a nível nacional, cidades como Espinho e Vila Real): um sistema que torna as passadeiras "inteligentes" e mais seguras.

Este sistema adaptável a grande parte das passadeiras de peões, visa reduzir o número de atropelamentos, através da emissão de sinais luminosos para peões, via sistema de luzes no chão.

Assim, o sistema luminoso conjugará os semáforos colocados em postes com faixas luminosas instaladas no chão, mitigando o risco de atropelamento. A luz varia entre o verde e o vermelho, tal como no sistema tradicional, e serve, reforça-se, principalmente para aqueles cuja posição mais comum é cabeça baixa, como sucede com os cidadãos que olham para um qualquer dispositivo nesse momento.

Finalmente, refira-se que o investimento neste sistema é residual comparativamente com os benefícios que trará para a população.

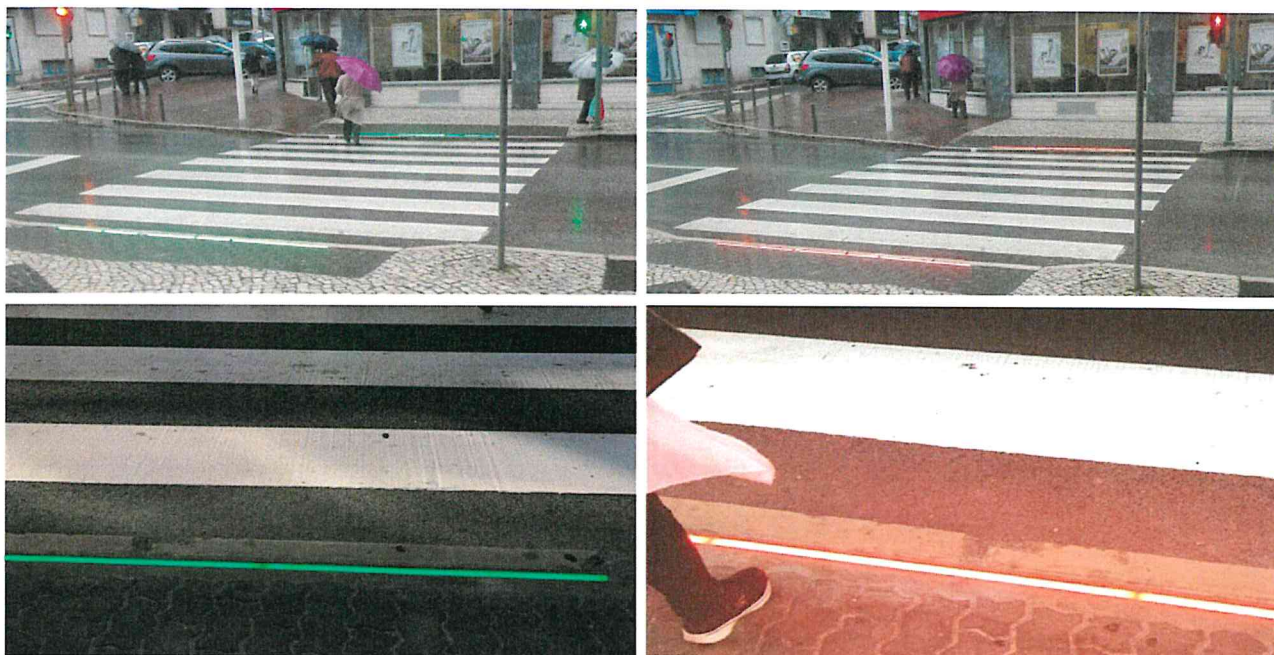


Imagem que ilustra simulação de sistema luminoso a introduzir em zonas de passagem pedonais semaforizadas.

Neste sentido o Grupo do CDS-PP presente na Assembleia de Freguesia de Alvalade vem, pela presente recomendação, propor que a Assembleia de Freguesia de Alvalade delibere:

- Recomendar à Junta de Freguesia a elaboração de um levantamento das passadeiras de Alvalade com maiores fluxos pedonal e rodoviário;
- A intervenção da Junta de Freguesia de Alvalade junto da Câmara Municipal de Lisboa, por forma a tomar as devidas diligências no sentido de avaliar tecnicamente se a introdução do sistema alusão pode ser para que o sistema em alusão possa ser implementado gradualmente em Alvalade, tendo como prioridade as zonas mais sensíveis de tráfego pedonal.

Lisboa, 26 de Junho de 2019

Por parte dos eleitos do CDS-PP

Francisco Camacho

RECOMENDAÇÃO

PELO AUMENTO DA SEGURANÇA DE PEÕES EM PASSADEIRAS NA FREGUESIA DE ALVALADE

A mobilidade na variante pedonal apresenta-se como um meio de deslocação determinante na acessibilidade dentro da cidade de Lisboa.

Considerando, por um lado, as características e os hábitos associados à freguesia, grande parte do território de Alvalade acaba por ser propenso a este tipo de deslocação, representando uma realidade relevante nesta área.

Por outro lado, cumpre às entidades públicas competentes avaliar a qualidade do espaço público e dotá-lo, em geral, das melhores condições possíveis, sendo, em particular, especialmente relevante a aposta no desenvolvimento de mecanismos de segurança para quem se desloca a pé.

Não obstante, não raras vezes, é possível verificar acidentes pela distração de quem se desloca a pé, ora por distração no uso de telemóvel, ora pela utilização de outros dispositivos electrónicos, negligenciado a sinalização semafórica.

Por isso, os eleitos do CDS-PP na freguesia de Alvalade vêm recomendar que a Junta de Freguesia de Alvalade adopte uma tecnologia inteligente que já se encontra testada e implementada noutras localidades (como são exemplo, a nível europeu, cidades como Vigo e Augsburg, ou, a nível nacional, cidades como Espinho e Vila Real): um sistema que torna as passadeiras “inteligentes” e mais seguras.

Este sistema adaptável a grande parte das passadeiras de peões, visa reduzir o número de atropelamentos, através da emissão de sinais luminosos para peões, via sistema de luzes no chão.

Assim, o sistema luminoso conjugará os semáforos colocados em postes com faixas luminosas instaladas no chão, mitigando o risco de atropelamento. A luz varia entre o verde e o vermelho, tal como no sistema tradicional, e serve, reforça-se, principalmente para aqueles cuja posição mais comum é cabeça baixa, como sucede com os cidadãos que olham para um qualquer dispositivo nesse momento.

Finalmente, refira-se que o investimento neste sistema é residual comparativamente com os benefícios que trará para a população.

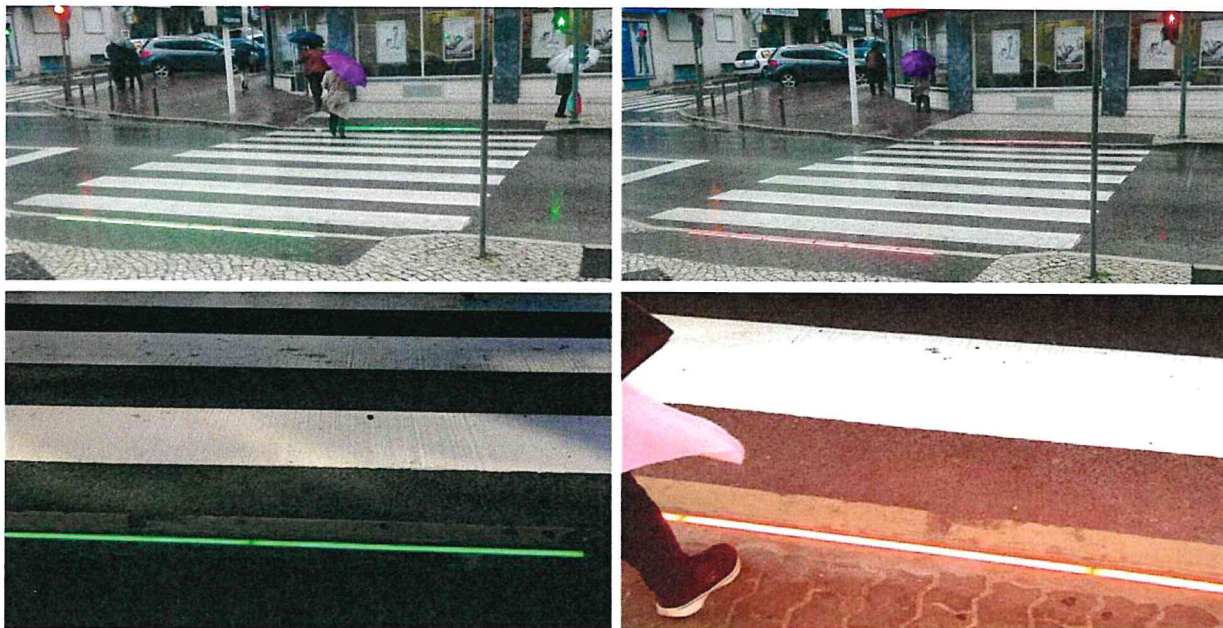


Imagem que ilustra simulação de sistema luminoso a introduzir em zonas de passagem pedonais semaforizadas.

Neste sentido o Grupo do CDS-PP presente na Assembleia de Freguesia de Alvalade vem, pela presente recomendação, propor que a Assembleia de Freguesia de Alvalade delibere:

- Recomendar à Junta de Freguesia a elaboração de um levantamento das passadeiras de Alvalade com maiores fluxos pedonal e rodoviário;
- A intervenção da Junta de Freguesia de Alvalade junto da Câmara Municipal de Lisboa, por forma a tomar as devidas diligências para que o sistema em alusão possa ser implementado gradualmente em Alvalade, tendo como prioridade as zonas mais sensíveis de tráfego pedonal.

Lisboa, 26 de Junho de 2019

Por parte dos eleitos do CDS-PP
Francisco Camacho